



## **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**RECURSO ESPECIAL Nº 1852387 - SC (2019/0366489-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**RECORRENTE** : MARIA HELENA MADEIRA  
**ADVOGADOS** : JOSÉ SÉRGIO DA SILVA CRISTÓVAM - SCo16298  
ADRIANO FERREIRA - SCo27404  
FELIPE ROEDER DA SILVA - SCo32650  
JOSIANE ANTUNES - SCo46789  
CAIO HENRIQUE BOCCHINI - SCo38517  
SABRINA ALESSANDRA PEREIRA - SCo53701  
**RECORRIDO** : ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PROCURADOR** : ELIZABETH HINNIG E OUTRO(S) - SCo17990

### **EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. IMPUGNAÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. COMPENSAÇÃO DE CRÉDITO. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

### **DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por Maria Helena Madeira em face de decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, cuja ementa é a seguinte:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMPUGNAÇÃO À EXECUÇÃO DE SENTENÇA. VANTAGENS REMUNERATÓRIAS. COMPENSAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS COM O CRÉDITO EXECUTADO. CABIMENTO. IRRELEVÂNCIA DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA CONCEDIDA À SERVIDORA. NUMERÁRIO QUE LHE CONFERE CONDIÇÕES DE SUPORTAR O ENCARGO. PRECEDENTES DESTA CORTE."A gratuidade da justiça concedida no processo de conhecimento se estende à fase de execução do julgado se as condições financeiras do exequente se mantiverem inalteradas. Contudo, vencido o exequente beneficiário, nos embargos à execução de sentença ou na impugnação ao cumprimento de sentença, deverão ser compensados os honorários do advogado do executado com parte do proveito econômico que aquele obtiver na execução, que lhe garante lastro financeiro mais do que suficiente para arcar com tal ônus'(TJSC,Des. Jaime Ramos)"(Aln. 4032607-28.2018.8.24.0000, da Capital, rel. Des. Pedro Manoel Abreu, j. 16-4-2019).RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

No recurso especial, interposto com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, a parte recorrente alega violação (a) ao art. 85, §14 e §19, do CPC/2015, aos arts. 22 e 23 da Lei8.906/94 e art. 368 do CC, na medida em que, o

presente caso, afasta a incidência da compensação, pois não há identidade entre credor e devedor e ainda, é de se esclarecer que os honorários advocatícios pertencem ao advogado e não à parte, (b) ao art. 98, §3º, do CPC/2015, vez que as obrigações decorrentes do processo, para quem tem o benefício da Justiça Gratuita ficam suspensas e só se executam quando deixar de existir a situação da hipossuficiência, (c) o art. 373 do CPC/2015, pois diante ainda, do caráter alimentar da verba em discussão, não pode haver a compensação dos valores. Aponta divergência jurisprudencial.

Parecer do MPF pelo provimento do recurso.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, cumpre esclarecer que o presente recurso submete-se à regra prevista no Enunciado Administrativo nº 3/STJ, in verbis: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Extrai-se do acórdão recorrido que os autos versam sobre cumprimento de sentença, para fins de discussão de honorários advocatícios sucumbenciais arbitrados, no valor de 10% do proveito econômico, aos quais fora condenada a recorrente a pagar.

Há, ainda, a informação de que o juízo autorizou a compensação da dívida em questão com crédito que lhe cabe receber do ente público.

Daí a insurgência da recorrente, que se opõe ao pedido de compensação, reportando-se às disposições contidas no art. 85, § 14, do CPC/2015, e na Lei nº 13.327/2016, entre outras, no sentido de que não se compensam as verbas ora destacadas.

Ocorre que, o Tribunal de origem destoou do entendimento firmado neste Superior Tribunal, ao concluir que é possível a compensação de verbas no presente caso.

Isso porque, o Superior Tribunal de Justiça tem firme jurisprudência de não acatar a compensação entre valor principal e verba honorária, pois não há identidade entre credor e devedor, posto que a verba honorária pertence ao advogado e não à parte.

A esse respeito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 03/STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. COMPENSAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.

1. Não havendo reciprocidade das obrigações ou bilateralidade dos créditos, é inviável a compensação de honorários advocatícios, ainda que se trate de verba fixada no regime do CPC/73 (REsp 1520710/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, CORTE ESPECIAL, julgado em 18/12/2018, REPDJe 02/04/2019, DJe 27/02/2019). Ressalte-se que "não há possibilidade de se fazer o encontro de contas entre credores que não são recíprocos com créditos de natureza claramente distinta e também sem que ocorra sucumbência recíproca" (EResp 1574257/RS, Rel.

Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 11/12/2019, DJe 13/12/2019).

2. Agravo interno não provido.

(AgInt no AgInt no REsp 1779067/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/03/2020, DJe 05/03/2020)

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ART. 535 DO CPC/1973. OMISSÃO. OCORRÊNCIA. TEMA AFETADO A JULGAMENTO EM RECURSO REPETITIVO (TEMA 587). JUÍZO DE ADEQUAÇÃO.

1. Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil de 1973, os embargos declaratórios são cabíveis para esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão.

2. No caso, o acórdão combatido incorreu em omissão ao não levar em conta a

afetação do Recurso Especial n. 1.520.710/SC ao rito do art. 534-C do CPC/1973, para uniformização do tema tratado no agravo regimental. Vale ressaltar que a afetação do recurso aconteceu em 15/6/2015, enquanto o agravo foi julgado em 23/6/2015.

3. No julgamento do referido recurso, a Corte Especial decidiu que os honorários advocatícios pertencem ao advogado, e não à parte vencedora, de modo que não é legítima a compensação da verba, quando fixados em processos distintos, ante a ausência de reciprocidade ou de bilateralidade de créditos.

4. Embargos de declaração acolhidos para adequar o acórdão recorrido à tese firmada no REsp 1.520.710/SC (Tema 587), afastando a possibilidade de compensação entre os honorários fixados na execução com os honorários fixados nos respectivos embargos.

(EDcl no AgRg no AREsp 640.640/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/09/2019, DJe 24/09/2019)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, V, do CPC/2015, dar provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 01 de abril de 2020.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator